
CAPÍTULO 1 – MEMÓRIA E IDENTIDADE: CORRELAÇÕES E INTERFERÊNCIAS

A proposta deste capítulo é analisar as correlações entre as categorias *memória* e *identidade*, ou seja, a maneira como se relacionam mutuamente, implicando em interferências em seus processos de construção. Inicialmente, no entanto, faz-se preciso aprofundar cada uma destas categorias, sublinhando-se, sempre que necessário, as relações entre uma e outra.

O conceito de memória coletiva foi inicialmente formulado por Maurice Halbwachs (1990) no contexto da tradição durkheimiana em que a questão das representações individual/coletiva, posta à mesa por Émile Durkheim nas últimas décadas do século XIX, era debatida. Na ocasião, a grande novidade da Escola Sociológica Francesa, liderada por este sociólogo, era a afirmação dos conceitos de *consciência coletiva* e de *representação coletiva*. O trabalho de Durkheim "Representações Individuais e Representações Coletivas" (DURKHEIM, 1970), tornou-se um clássico desta Escola, até hoje uma das mais importantes referências para o estudo das ciências sociais. Os intelectuais ligados à Escola Sociológica Francesa esforçavam-se para explicitar a idéia de que os indivíduos expressam representações que são sociais, ou seja, que dizem respeito a um coletivo de indivíduos. O grande debate do momento era: haveria uma autonomia do individual ou toda a representação individual é sempre coletiva/social? Para a Escola Sociológica Francesa, a ênfase estava em procurar compreender as determinações do social no individual.

Seguindo esta linha de pensamento, coube a Halbwachs - que mantinha uma estreita relação com Émile Durkheim (KARADY, 1972) - estudar as representações mentais enquanto representações coletivas. Uma vez estabelecido que toda a memória é uma reconstrução parcial e seletiva do passado, cujos pontos de referência só podem ser fornecidos pela sociedade, ele se interessa menos pelo funcionamento da memória do que pelas suas funções sociais em diferentes meios de enquadramento psíquico: a família, as classes, as comunidades religiosas, os grupos profissionais.

Halbwachs destaca a importância da memória como fator de coesão dos grupos. Como decorrência, a memória individual é vista como a expressão das relações entre o indivíduo e os grupos dos quais ele participa:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1990, p. 26)

Desse modo, para ele a memória individual está sujeita às regras da formação da memória coletiva e freqüentemente exprime as necessidades ideais do grupo.

Ao tomar essa posição em seus estudos, Halbwachs, ainda que compreendido dentro de um contexto intelectual específico, sofreu algumas críticas de autores que posteriormente se debruçaram sobre a questão da memória como fenômeno social.

Reconhecendo a importância seminal dos estudos de Halbwachs sobre a Memória Coletiva e a sua ligação com a Escola Sociológica Francesa, James Fentress e Chris Wickham (1992, p. 8) indicam na obra daquele uma tendência a conceder um valor “excessivo à natureza coletiva da consciência social e um relativo desprezo à questão do relacionamento entre a consciência individual e a das coletividades que esses indivíduos efetivamente construíram”.

Segundo Fentress e Wickham, é o indivíduo quem recorda. No entanto, tanto os processos cognitivos de rememoração quanto a própria lembrança são influenciados pelo contexto social em que o indivíduo se encontra. As palavras são elementos frequentemente mencionados para se referir aos aspectos sociais da recordação: elas consistiriam no fator estrutural da memória presente na narrativa.

Para se distanciar da visão durkheimiana da predominância do coletivo sobre o individual, Fentress e Wickham propõem a utilização do termo “memória social”⁶, pois, segundo eles, a concepção de memória coletiva de Halbwachs coloca o indivíduo numa condição de “autômato”, cuja memória individual seria apenas o produto de uma intercessão de identidades de grupos. “É por esta razão (e também para evitar a imagem de um inconsciente coletivo

⁶ Cabe salientar que a expressão “memória social” já havia sido utilizada por Halbwachs em seu livro “A memória coletiva” (1990).

junguiano)” que Fentress e Wickham preferem usar a expressão “memória social” em vez de “memória coletiva”, a despeito de a segunda expressão ser mais fácil de reconhecer (FENTRESS J. & WICKHAM, 1992, p. 8).

Não obstante essas afirmações, Fentress e Wickham continuam a seguir as indicações deixadas por Halbwachs de que a memória é uma reconstrução do passado no presente: o seu caráter contingente implica dizer que a memória é reconstruída no presente sob as contingências do presente, e sua função neste processo é, mais uma vez, a coesão social:

Se o que vemos hoje tivesse que tomar lugar dentro do quadro de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptariam ao conjunto de nossas percepções atuais. Tudo se passa como se confrontássemos vários depoimentos. (HALBWACHS, 1990, p. 25)

Fentress e Wickham concluem que a memória não se preserva integralmente no decorrer do tempo e não pode ser considerada “fiel depositária” das experiências do passado; pelo contrário, a memória passa por um contínuo processo de “esborratamento” (FENTRESS J. & WICKHAM, 1992), resultado da contínua atualização das lembranças no presente. Ou seja, uma imagem do passado, preservada e transmitida ao longo do tempo não seria, portanto, algo possível –

Na realidade, estas imagens de continuidade ininterrupta costumam ser meras ilusões. A transmissão da memória social é um processo de evolução e mudança. A mudança pode porém ocultar-se à própria comunidade, pois para ela a sua reserva de recordações – as suas técnicas, as suas histórias e a sua identidade colectiva – surge como algo que sempre foi assim. (FENTRESS J. & WICKHAM, 1992, p. 241)

Mas não é apenas a percepção no presente que determina a construção das imagens do passado: as próprias percepções sobre o presente são construídas no decorrer da vida, individual e social. O instrumental que recolhemos, no decorrer das experiências de vida, o aprendizado, o conhecimento de novas palavras, para citar um exemplo, são utilizados para interpretar as imagens do passado segundo as necessidades e possibilidades que nos são dadas no presente. Poderíamos afirmar que uma mesma lembrança sofre influências, em sua construção, dos processos cognitivos desencadeados e reformulados. Em seus estudos sobre a amnésia coletiva, Myrian Sepúlveda dos Santos (1993, p. 23) indica que “não só o passado é interpretado no presente, como também o ato de interpretar é determinado pelo passado”.

Os conceitos formulados sobre a memória, até este ponto, sugerem uma certa instabilidade, devido ao seu carácter mutável e a sua necessidade de permanente atualização, seja essa uma atualização construída inteiramente no presente, para atender às necessidades de uma coesão social, uma evolução, resultante do contínuo “esborratamento”, ou mesmo uma interpretação do passado

à luz de determinações naquele produzidas que se projetam no presente.

A categoria identidade social aparece em diversas ocasiões incorporada à problemática da memória social; no entanto, a identidade é comumente associada à idéia de estabilidade. Michael Pollak (1992, p. 203), por exemplo, indica essa característica flutuante, mutável da memória, mas afirma haver momentos em que o trabalho de solidificação da memória impossibilita essas variações. Esses elementos invariáveis passariam então a “fazer parte da própria essência da pessoa”, uma forte identificação com determinado passado que ocorre de maneira tão intensa que poderíamos chamá-la “herança”. Pois é nessa herança, aspecto do passado transmitido sem variações, que o autor verifica a relação entre memória e identidade.

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. (POLLAK, 1992, p. 205)

O caráter de permanência de alguns aspetos da memória, para Pollak, são tão importantes que a ruptura da sua continuidade provocaria fenômenos patológicos. É relevante destacar que também a identidade não é totalmente estática ou imutável, não se traduzindo na “essência” de uma pessoa ou grupo. O processo de construção da identidade não é um processo totalmente individual: todos

precisamos de um “outro” para tomarmos consciência de nós mesmos. O indivíduo, como sua própria identidade, constitui-se ao se diferenciar, isto é, separando-se e ligando-se ao “outro”, em um processo de adesão e rejeição simultâneas. Pollak, recorrendo à psicologia social e à psicanálise para compreender processos engendrados em sua construção, situa três elementos essenciais:

Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso o próprio corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. (POLLAK, 1992, p. 204)

Procedendo dessa maneira, Pollak identifica aspectos objetivos da identidade, no instante em que a define e descreve a partir de um conjunto de critérios determinantes: a origem comum, a hereditariedade, a genealogia, a psicologia coletiva, a ligação a um território; ao mesmo tempo, aponta para aspectos subjetivos do fenômeno identitário, quando considera a identidade, também, um sentimento de pertencimento ou de identificação com uma coletividade. Não obstante, sobressai em sua análise o legado cultural, a socialização do indivíduo no seu grupo cultural e a sua interiorização dos modelos culturais.

Os conflitos inerentes à construção da identidade também são apontados por Ulpiano Bezerra de Meneses (1993), que afirma que a identidade está invariavelmente associada ao poder. Em sua crítica à valorização do “reforço da identidade cultural”, promovida a partir da década de 60 como estratégia de ação para museus, Meneses evidencia que, embora o caráter seletivo da identidade fosse, às vezes, reconhecido, “sua natureza, enquanto fenômeno social, era ignorada” (MENESES, 1993, p. 143). É preciso esclarecer que, no contexto em que se dava essa discussão, os museus eram convocados a trabalhar as identidades culturais no sentido de reforçá-las, protegê-las, recriá-las. Nessa perspectiva, a identidade manifestava a sua tendência conservadora.

Ulpiano vê na manipulação da identidade um terreno propício à mobilização ideológica, legitimando práticas sociais de segregação, já que, segundo ele, a identidade, tendo como foco a semelhança, produz, em sua decorrência a diferença. É a vontade de diferenciação e a utilização de certos aspectos culturais que marcam a identidade específica do indivíduo ou do grupo.

A identidade nunca é um processo acabado, é um processo em construção, pleno de tensões. No contexto do grupo em que convive, o indivíduo está entre dois pólos na formação de sua identidade. Um torna-o espelho do social, refletindo as características do seu grupo; o outro acende a chama da sua individualidade. Todos somos, ao mesmo tempo, universais e singulares. Pertencemos ao mundo e aos nossos grupos sociais restritos.

A identidade é vista, aqui, como um componente da memória social; entretanto, ambos os conceitos se encontram

mutuamente relacionados e relacionando o indivíduo com o meio social, seja esse próximo ou distante. A identidade social de um indivíduo ou de um grupo é caracterizada pelo conjunto de pertencimentos do seu sistema social. Quanto ao indivíduo, esse as encontra na classe sexual, na classe etária, numa classe social, numa nação, etc. Quanto ao grupo, também ele é dotado de uma identidade e de uma definição social negociada, que o permite situar num conjunto social onde a memória representa fator de coesão indispensável. Sendo assim, podemos dizer que a identidade e a memória social são conceitos que freqüentemente se embaralham e se entrelaçam, provocando interferências um sobre o outro.